



Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstrações financeiras
intermediárias em
30 de junho de 2012



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	9



KPMG Auditores Independentes
Av. Rio Branco, 404 - Sala 1.203 - Torre I
88015-200 - Florianópolis, SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis, SC - Brasil

Central Tel 55 (48) 3029-6500
Fax 55 (48) 3029-6515
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras - intermediárias

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS (“Companhia”), em 30 de junho de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Exceto quanto ao mencionado no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que os ativos intangíveis provenientes de direito oriundo de contratos de concessão sejam amortizados pelo menor entre: (i) o prazo da vida útil estimada dos ativos subjacentes ao direito de concessão ou (ii) o prazo remanescente do contrato de concessão. Até 30 de junho de 2012 a Companhia não havia efetuado análise da vida útil estimada do ativo intangível da concessão. Conseqüentemente, não foi possível determinar os efeitos, se existirem, em relação às despesas e custos de amortização e à amortização acumulada do período findo naquela data.



Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelo assunto descrito no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de informações contábeis intermediárias.

Outros assuntos

A KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro de 2011 pela KPMG Auditores Independentes) revisou as demonstrações financeiras intermediárias do período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, tendo emitido relatório datado em 22 de julho de 2011, que continha ressalva quanto a recuperabilidade do ICMS a recuperar sobre aquisições do ativo intangível. As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, tendo emitido relatório datado de 10 de março de 2012, contendo ressalva semelhante a descrita no parágrafo “base para conclusão com ressalva”.

Florianópolis, 27 de agosto de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011

(Em Reais)

Ativo	Nota	30/06/2012	31/12/2011	Passivo	Nota	30/06/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa	4	45.873.686	54.142.527	Fornecedores	10	112.999.685	93.255.635
Contas a receber de clientes	5	36.513.855	36.549.190	Financiamentos	11	4.528.999	4.528.999
Estoques		981.285	1.013.549	Obrigações sociais e trabalhistas		5.335.687	4.455.327
Tributos a recuperar	6	3.621.363	1.088.308	Obrigações tributárias	12	1.508.637	2.102.352
Outras contas a receber		808.057	639.653	Imposto de renda e contribuição social		-	10.959.058
Despesas antecipadas		<u>120.505</u>	<u>268.437</u>	Participação nos lucros a pagar		379.720	2.327.684
Total do ativo circulante		87.918.751	93.701.664	Dividendos propostos a pagar		10.445.509	10.445.509
Não circulante				Cauções em garantia	14	302.869	305.784
Tributos diferidos	7	2.429.592	2.725.677	Provisão para processos judiciais	13	<u>1.413.171</u>	<u>2.029.093</u>
Adiantamento a fornecedores	8	23.793.080	19.631.603	Total do passivo circulante		136.914.277	130.409.441
Depósitos judiciais		1.909.900	1.141.358	Financiamentos	11	1.887.083	4.151.582
Investimentos		2.400	2.400	Cauções em garantia	14	<u>688.502</u>	<u>839.807</u>
Intangível	9	<u>201.223.872</u>	<u>194.350.695</u>	Total do passivo não circulante		2.575.585	4.991.389
Total do ativo não circulante		229.358.844	217.851.733	Patrimônio líquido	15		
				Capital social		121.544.940	121.544.940
				Reservas de lucros		54.607.627	54.607.627
				Lucros Acumulados		<u>1.635.166</u>	<u>-</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>177.787.733</u>	<u>176.152.567</u>
Total do ativo		<u><u>317.277.595</u></u>	<u><u>311.553.397</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>317.277.595</u></u>	<u><u>311.553.397</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Intermediárias.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(Em Reais)

	Nota	30/06/12	30/06/11
Receita líquida - Venda de gás	16	264.933.817	236.288.768
Receita de construção - CPC 17	16	<u>16.816.936</u>	<u>15.704.108</u>
		281.750.753	251.992.876
Custo dos produtos vendidos		(250.704.470)	(176.564.167)
Custo de construção - CPC 17	16	<u>(16.816.936)</u>	<u>(15.704.108)</u>
		(267.521.406)	(192.268.275)
Lucro bruto		14.229.347	59.724.601
Despesas operacionais			
Vendas		(3.194.404)	(3.450.414)
Administrativas		(8.713.453)	(7.337.726)
Outros resultados operacionais		<u>(47.963)</u>	<u>(1.271.342)</u>
		(11.955.820)	(12.059.482)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		2.273.527	47.665.119
Receitas financeiras		927.734	6.011.010
Despesas financeiras		<u>(497.085)</u>	<u>(778.346)</u>
		430.649	5.232.664
Lucro operacional antes dos impostos		2.704.176	52.897.783
Imposto de renda e contribuição social corrente		(772.925)	(13.258.373)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(296.085)</u>	<u>(4.777.335)</u>
Lucro líquido do semestre		<u>1.635.166</u>	<u>34.862.075</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(Em Reais)

	Capital Social	Reservas de lucro		Lucros Acumulados	Dividendos à disposição da AGO	Total
		Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2011	121.544.940	21.072.044	3	-	58.399.725	201.016.712
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(58.399.725)	(58.399.725)
Lucro líquido do período de 01/01/2011 a 30/06/2011	-	-	-	34.862.075	-	34.862.075
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>121.544.940</u>	<u>21.072.044</u>	<u>3</u>	<u>34.862.075</u>	<u>-</u>	<u>177.479.062</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2012	121.544.940	23.271.098	31.336.529	-	-	176.152.567
Lucro líquido do período de 01/01/2012 a 30/06/2012	-	-	-	1.635.166	-	1.635.166
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>121.544.940</u>	<u>23.271.098</u>	<u>31.336.529</u>	<u>1.635.166</u>	<u>-</u>	<u>177.787.733</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(Em Reais)

	30/06/12	30/06/11
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	1.635.166	34.862.075
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido		
Amortização	13.209.234	12.547.984
Constituição de provisão para contingências passivas	(615.922)	47.495
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	185.999	55.083
Constituição de provisão de fornecedores	(192.550)	261.733
Constituição de provisão de administradores cedidos	275.194	275.194
Imposto de renda e contribuição social diferidos	296.085	39.405
Atualização Ship or Pay e Variação Cambial Transporte	(1.981.937)	-
Baixa de bens do intangível	17.436	6.891
	<u>12.828.705</u>	<u>48.095.860</u>
Redução (aumento) nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(150.664)	(2.860.107)
Tributos a recuperar	(2.533.055)	(6.856.144)
Estoques	32.264	4.899
Adiantamento a fornecedores	(1.409.540)	(1.587.890)
Outras contas do ativo	(793.138)	396.320
Fornecedores	19.367.166	8.071.425
Obrigações tributárias	(593.715)	(785.306)
Imposto de renda e contribuição social	(10.959.058)	(12.123.046)
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.067.604)	(1.430.745)
Cauções em garantia	(154.221)	(230.932)
	<u>1.738.435</u>	<u>(17.401.526)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais	14.567.140	30.694.334
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao intangível	<u>(20.571.482)</u>	<u>(17.235.243)</u>
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(20.571.482)	(17.235.243)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos (principal e juros)	(2.264.499)	(5.921.522)
Pagamento Dividendos	-	(38.792.290)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>(2.264.499)</u>	<u>(44.713.812)</u>
Redução do caixa e equivalentes	(8.268.841)	(31.254.721)
Caixa e equivalentes no início do semestre	<u>54.142.527</u>	<u>108.517.313</u>
Caixa e equivalentes no final do semestre	<u>45.873.686</u>	<u>77.262.592</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em reais)

1 Contexto operacional

A Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS, sociedade de economia mista criada em 25 de fevereiro de 1994 através da Lei nº 8.999/93, localizada na Rua Antônio Luz, 255, Centro, Florianópolis – SC, possui como objeto a distribuição de gás natural canalizado, com exclusividade em todo o Estado de Santa Catarina, conforme estabelece a Lei nº 9.493/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do artigo 25 da Constituição Federal.

O contrato de concessão, não oneroso, para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina foi firmado em 28 de março de 1994 com prazo de vigência de 50 (cinquenta) anos, contados a partir dessa data. A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC também é responsável por garantir a execução do contrato, regular, controlar e monitorar as operações de distribuição de Gás Natural em Santa Catarina.

A Companhia teve reajustes tarifários autorizados pela AGESC para 2012 de 5% para os meses de abril, julho e outubro. Em agosto do corrente ano a Diretoria Executiva decidiu suspender o plano de Fidelidade dado a clientes de grande consumo o que representará um aumento no faturamento para estes na ordem média de 12,5%, contribuindo assim para a melhora no caixa da companhia.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com os CPCs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em

quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre as estimativas estão descritas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 9 - Intangíveis
- Nota 13 – Provisões para processos judiciais

3 Principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para a preparação de suas demonstrações financeiras intermediárias do semestre findo em 30 de junho de 2012 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e das demonstrações financeiras intermediárias de 30.06.2011, que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas para as informações semestrais de 30 de junho de 2012. Essas demonstrações financeiras, portanto, devem ser lidas em conjunto.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/12	31/12/11
Caixa	6.795	6.108
Bancos conta movimento	8.104.202	30.015.127
Aplicações financeiras	32.610.584	24.121.292
Numerários em trânsito	5.152.105	-
	<u>45.873.686</u>	<u>54.142.527</u>

i. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5 Contas a receber de clientes

	30/06/12	31/12/11
Distribuição de gás canalizado	37.586.465	37.435.801
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.072.610)</u>	<u>(886.611)</u>
	<u>36.513.855</u>	<u>36.549.190</u>

i. Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado adequado para recuperação de créditos considerados duvidosos.

A seguir apresentam-se as contas a receber em 30 de junho de 2012, segregado pela faixa de idade dos saldos:

	A vencer	< 90 dias	> 90 dias < 180 dias	> 180 dias < 360 dias	> 360 dias	Total
Cientes	36.077.169	436.686	95.012	175.381	802.217	37.586.465
	<u>36.077.169</u>	<u>436.686</u>	<u>95.012</u>	<u>175.381</u>	<u>802.217</u>	<u>37.586.465</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no período foi a seguinte:

	Valor (R\$)
Saldo em 1º de janeiro de 2012	886.611
Provisão constituída no período	<u>185.999</u>
Saldo em 30 de junho de 2012	<u><u>1.072.610</u></u>

6 Tributos a recuperar

	30/06/12	31/12/11
CSLL antecipado	2.167.035	1.088.308
IRPJ antecipado	1.113.269	-
IRRF sobre aplicações financeiras	29.680	-
Outros	<u>311.379</u>	<u>-</u>
	<u><u>3.621.363</u></u>	<u><u>1.088.308</u></u>

7 Tributos diferidos

	30/06/12	31/12/11
Diferenças Temporárias – IRPJ e CSLL		
Provisão para contingências passivas	480.478	689.891
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	364.687	301.448
Aluguel da faixa de domínio	1.005.533	921.874
Ajustes decorrentes da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09	<u>801.197</u>	<u>812.464</u>
	<u><u>2.429.592</u></u>	<u><u>2.725.677</u></u>

O diferimento de tributos relativos a aluguel das faixas de domínios são decorrentes da apropriação dos valores de contratos a pagar a Auto Pista Litoral Sul, que serão quitados junto a mesma. O não pagamento está sendo discutido na esfera administrativa, em virtude da Auto Pista Litoral Sul impor valores considerados pela Companhia como exorbitantes. Por se tratar de serviço público e essencial, o gás tem sido transportado por meio dos gasodutos localizados nas faixas de domínio de propriedade daquela empresa.

Os valores de IRPJ e CSLL diferidos a recuperar no montante de R\$ 801.197 em 30 de junho de 2012 (R\$ 812.464 em 31 de dezembro de 2011) são decorrentes das mudanças previstas na Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, sendo que a sua completa recuperabilidade irá ocorrer até o ano de 2018.

8 Adiantamento a fornecedores

O montante de R\$ 23.793.080 (R\$ 19.631.603 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a diferença entre a capacidade de transporte contratada e a efetivamente utiliza conforme Aditivo Contratual de 02 de fevereiro de 2007, firmado com a fornecedora de gás natural - Petrobras.

De acordo com o referido contrato a Companhia possui obrigação mínima de transporte diário de 1.900.000m³. A medição de tal utilização se dá anualmente, sendo que o aditivo supramencionado convencionou o exercício como tendo início no dia 1º de abril e término em 31 de março.

Assim, quando apurado diferença positiva entre a garantia diária e a quantidade de gás efetivamente transportado durante o exercício a Companhia passa a ter a obrigatoriedade de pagar à Petrobras, o valor correspondente a esta diferença.

A quantidade quitada e não consumida poderá ser recuperada nos anos remanescentes do contrato, desde que não ultrapasse o prazo máximo de 10 (dez) anos.

A previsão para início da compensação, segundo estudos efetuados pela Companhia, se dará a partir de 2012, conforme apresentado no quadro abaixo.

Recuperação SOP	m³	Data	Período de recuperação
SOP ac. - m³	Volume	Ano - Período	Período
Recuperação dos valores de 2007	77.927.005	Ano 8 - Abr07/Mar08	Set/12 a Mar/15
Recuperação dos valores de 2008	27.196.549	Ano 9 - Abr08/Mar09	Mar/15 a Jul/15
Recuperação dos valores de 2009	43.299.567	Ano 10 - Abr09/Mar/10	Jul/15 a Mar/16
Recuperação dos valores de 2010	36.187.455	Ano 11 - Abr 10/Mar11	Mar/16 a Set/16
Recuperação dos valores de 2011	<u>20.394.065</u>	Ano 12 - Abr11/Mar12	Set/16 a Jan/17
Total a recuperar	<u><u>205.004.641</u></u>		

9 Intangível

	Taxa anual	30/06/12	31/12/11
	de amortização		
Terrenos	-	387.990	363.990
Tubulações	10%	281.329.067	273.210.649
Aparelhos, máquinas e equipamentos	10%	66.509.716	65.514.598
Sistemas e equipamentos de informática	10%	3.300.392	3.139.531
Equipamentos e móveis administrativos	10%	1.355.802	1.315.736
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	416.772	415.583
Sistema de gestão	10%	1.212.375	1.159.551
Software	10%	1.558.131	1.432.662
Obras em andamento	-	<u>60.136.826</u>	<u>49.100.726</u>
		416.207.071	395.653.026
	Taxa anual	30/06/12	31/12/11
	de amortização		
(-) Amortização acumulada		<u>(214.983.199)</u>	<u>(201.302.331)</u>
		<u><u>201.223.872</u></u>	<u><u>194.350.695</u></u>

A movimentação do ativo intangível ocorrida no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 se deu como segue:

	Saldo em					Saldo em
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	30/06/2012
Terrenos	363.990	24.000	-	-	-	387.990
Tubulações	119.159.801	-	(23.058)	8.141.475	(10.915.201)	116.363.017
Aparelhos, máquinas e equipamentos	23.121.578	340.515	(201.840)	856.443	(2.716.603)	21.400.093
Sistemas e equipamentos de informática	1.141.528	287.366	(126.505)	-	45.804	1.348.193
Equipamentos e móveis administrativos	539.446	42.334	(2.267)	-	(48.184)	531.329
Benfeitorias em imóveis de terceiros	261.046	1.529	(340)	-	(14.409)	247.826
Sistema de gestão	152.015	63.872	-	(11.049)	-	204.838
Software	510.565	125.470	-	-	(32.275)	603.760
Obras em andamento	<u>49.100.726</u>	<u>19.752.216</u>	<u>(6.400)</u>	<u>(8.709.716)</u>	<u>-</u>	<u>60.136.826</u>
	<u>194.350.695</u>	<u>20.637.302</u>	<u>(360.410)</u>	<u>277.153</u>	<u>(13.680.868)</u>	<u>201.223.872</u>

A Companhia reconhece como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás, vinculados à prestação do serviço especificado no contrato de concessão de serviços.

A remuneração pela prestação de serviços (tarifa) consiste na combinação de dois componentes: (i) custos e despesas operacionais; e (ii) remuneração do capital investido composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida nos respectivos Contratos de Concessão.

A amortização do direito de prestar o serviço de distribuição, segundo o entendimento da administração, está intrinsecamente relacionada ao benefício econômico por ele gerado, relacionado ao cumprimento do contrato de concessão. Em virtude disto e do determinado no Contrato de Concessão para o cálculo da tarifa para distribuição do gás canalizado, a Companhia amortiza os bens da concessão com a taxa de 10% ao ano. Cumpre destacar que o prazo de concessão é de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 28 de março de 1994.

Todos os bens da Companhia, de acordo com o contrato de concessão, serão reversíveis ao poder concedente no término do mesmo, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários à determinação dos montantes do prévio pagamento de indenização devido a Companhia. Em virtude das taxas de amortização utilizadas, no término da concessão os ativos já estarão totalmente amortizados. Desta forma, em 30 de junho de 2012 a Companhia não possui valores a receber do poder concedente.

10 Fornecedores

	30/06/12	31/12/11
Fornecedor de Gás - Petrobras	101.473.078	83.495.058
Fornecedores de materiais e serviços	<u>11.526.607</u>	<u>9.760.577</u>
	<u>112.999.685</u>	<u>93.255.635</u>

11 Financiamentos

Tipo	Encargos financeiros	Vencimento	30/06/12		31/12/11	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES 2	4% ao ano mais TJLP	15/11/2013	4.528.999	1.887.083	4.528.999	4.151.582
			<u>4.528.999</u>	<u>1.887.083</u>	<u>4.528.999</u>	<u>4.151.582</u>

A garantia do financiamento BNDES 2 é a manutenção dos títulos em cobrança de alguns clientes especificados em contrato. Tal empréstimo possui vencimento final para 15 de novembro de 2013. Não há cláusulas relativas a *covenants* financeiros nos contratos de empréstimos mantidos pela Companhia.

12 Obrigações tributárias

	30/06/12	31/12/11
Cofins a recolher	261.789	448.341
Pis a recolher	56.836	97.337
ICMS a recolher	980.982	1.200.830
Outros	209.030	355.844
	<u>1.508.637</u>	<u>2.102.352</u>

13 Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte em processos civis, trabalhistas, tributários e outros assuntos que estão sendo discutidos judicialmente. Com base no CPC 25 e na opinião de seus assessores jurídicos, foi constituída provisão para essas contingências no montante de R\$ 1.413.171 (R\$2.029.093 em 31 de dezembro de 2011) que possuem risco de perda classificado como provável.

Parte desses processos, no montante aproximado de R\$ 37 milhões, foi avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não provisionado tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

14 Cauções em garantia

A SCGÁS por ser Companhia de economia mista tem por obrigação legal, Lei 8.666/96, reter valores relativos a garantias de propostas comerciais e garantias contratuais, 1% e 5%, respectivamente, do valor do contrato. Tais valores são depositados pelos fornecedores que participam e vencem os processos licitatórios, sendo tais valores devolvidos ao término do contrato corrigido monetariamente pelo INPC. Em 30 de junho de 2012, o montante de R\$ 302.869 e R\$ 688.502 (R\$ 305.784 e R\$ 839.807 em 31 de dezembro de 2011) estão apresentados no passivo circulante e no passivo não circulante, respectivamente.

15 Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2012, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto de 10.749.497 ações, sendo 3.583.167 ações ordinárias e 7.166.330 ações preferenciais (idem em 31 de dezembro de 2011), assim distribuídas:

	Quantidade de ações			% de participação
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. -	1.827.415	-	1.827.415	17%
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Infraestrutura de Gás para a Região Sul -	107.496	-	107.496	1%
	3.583.167	7.166.330	10.749.497	100%

a. Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, limitado a 20% do capital social, em conformidade com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b. Reserva de retenção de lucros

A constituição de reserva de retenção de lucros destina-se à aplicação em investimentos relacionados com a distribuição de gás natural, previstos em orçamento de capital, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (alterado pela Lei nº 10.303/2001).

c. Dividendos

Aos acionistas são garantidos estatutariamente dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, para o exercício, nos termos da legislação societária e Estatuto Social da SCGÁS.

Em 30 de junho de 2012 a Companhia possui provisionado o montante de R\$10.445.509, referente aos dividendos mínimos obrigatórios, de acordo com o seu estatuto social e Lei 6.404/76.

16 Receita

a. Receita líquida de vendas

Em atendimento ao CPC 26, a Demonstração do Resultado do Exercício é apresentada a partir da Receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da Receita bruta estão demonstrados a seguir:

	30/06/12	30/06/11
Receita bruta de distribuição de gás	337.403.159	301.508.733
Deduções da receita bruta		
ICMS sobre vendas	(35.756.458)	(32.121.013)
ICMS - ST	(5.998.100)	(5.728.409)
PIS sobre vendas	(5.478.853)	(4.882.313)
COFINS sobre vendas	(25.235.931)	(22.488.230)
	(72.469.342)	(65.219.965)
Receita líquida	264.933.817	236.288.768

b. Receitas e custos de construção

	30/06/12	30/06/11
Receita de construção	16.816.936	15.704.108
Custos de construção	(16.816.936)	(15.704.108)
Receita operacional líquida de construção	-	-

17 Informações por mercado GN

	30/06/2011					30/06/2012				
	Industrial	Automotivo	Comercial	Residencial	Comprimido	Industrial	Automotivo	Comercial	Residencial	Comprimido
Receita líquida	183.827.730	46.148.659	2.967.297	258.364	3.631.718	204.303.390	52.013.350	3.798.395	430.174	4.388.508
Custo GN	(125.673.062)	(28.340.221)	(1.205.930)	(73.239)	(2.936.030)	(183.044.124)	(40.459.992)	(1.966.363)	(156.859)	(4.337.771)
Margem	58.154.668	17.808.438	1.761.367	185.125	695.688	21.259.266	11.553.358	1.832.032	273.315	50.737

O custo do Gás Natural (GN) teve um crescimento no semestre de 45% se comparado ao mesmo período de 2012. Enquanto que a receita no mesmo período teve um crescimento de apenas 12% , reflexo da instabilidade regulatória. A SCGÁS teve reajustes tarifários já autorizados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina (AGESC) de 5% em abril e 5% em junho e mais 5% em outubro do corrente ano.

18 Partes relacionadas

O controle da Companhia é compartilhado entre Celesc Distribuição S.A., Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.

a. Transações com partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas compreendem os saldos a receber e a pagar decorrentes de operações comerciais de compra e venda de gás natural por empresas pertencentes a Petrobras Brasileiro S.A.

	30/06/12	31/12/11
Composição dos saldos		
Ativo circulante		
Contas a receber BR Distribuidora	1.800.932	1.933.253
Ativo não circulante		
Adiantamento fornecedor de gás - Petrobras	23.793.080	19.631.603
Passivo circulante		
Fornecedor de gás - Petrobras	101.473.078	83.495.058
Receitas com partes relacionadas		
BR Distribuidora S/A	20.523.240	30.283.861
Compra de Gás Natural		
Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras	287.688.933	522.604.765
Total dos saldos entre partes relacionadas	435.279.263	657.948.540

b. Remuneração - Conselho de administração, fiscal e diretores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores, estão demonstradas a seguir:

	30/06/12	30/06/11
Conselho de administração	59.465	51.385
Conselho fiscal	35.679	33.839
Administradores	388.424	240.632
	<u>483.568</u>	<u>325.856</u>

19 Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras intermediárias.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando análises periódicas dos saldos em aberto, bem como cobranças nos casos necessários. Cumpre destacar que em se tratando das contas a receber de clientes o risco de crédito é baixo devido à pulverização da carteira.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é

gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

i. Risco de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco cambial no contrato de compra de Gás Natural firmado com o fornecedor Petrobras. Em decorrência do comportamento do câmbio até junho de 2012 este risco está maximizado, pelo resultado negativo de variação cambial reconhecido no resultado na composição do custo do gás no montante de R\$ 5 milhões. A Companhia não se utiliza de contratos de derivativos para fazer frente a este risco, visto que tais valores são repassados ao consumidor quando da revisão tarifária.

ii. Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não se utiliza de contratos de derivativos para fazer frente a este risco.

iii. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

Conforme previsto no contrato de compra e venda de Gás Natural firmado entre Petrobras e a SCGÁS, os reajustes têm previsão de ocorrer a cada trimestre, entretanto, conforme contrato de concessão, o repasse ao consumidor depende de autorização da Agencia Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 30 de junho de 2012, a Companhia não possui qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

	30/06/2012	31/12/2011
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Ativos		
Caixa e Equivalente de Caixa	45.873.686	54.142.527
Contas Receber Clientes	36.513.855	36.549.190
Fornecedores	112.999.685	93.255.635
Financimanetos	6.416.082	8.680.581

b. Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos de incorrer em perdas por conta de flutuações em taxas de juros, ou outros indexadores.

Abaixo estão demonstrados os montantes que estão sujeitos a tais riscos em 30 de junho de 2012:

Descrição	Montantes expostos	Taxa
Aplicações financeiras	32.610.584	CDI - 11,6%
Empréstimos e financiamentos	6.416.081	TJLP - 6%
Adiantamento a fornecedores	23.793.080	Valor do m ³ do GN - 0,100087

A companhia adota políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros. As aplicações financeiras da Companhia são, principalmente, mantidas em operações vinculadas aos juros do CDI, conforme descrito na nota nº 4. As captações são provenientes a operações junto ao BNDES, conforme nota nº 11. As taxas de juros do mercado são monitoradas com o objetivo de assegurar a melhor rentabilidade das aplicações financeiras e para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas. Os valores da citada exposição são apresentados a seguir:

Tx	Cenário Provável	Cenário Possível (25%)	Cenário remoto (50%)
CDI -11,6%	3.782.828	4.728.535	5.674.242
TJLP - 6%	384.965	481.206	577.447
Valor do M3 GN - 0,100087	-	2.976.722	3.572.067

20 Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros, considerando a natureza da sua atividade e os riscos envolvidos nas suas operações.

As premissas de risco adotadas, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras Intermediárias, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.